

VERBETE

LETRAMENTO EM VERBETE:

○ QUE É LETRAMENTO?

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica 1999.

Texto publicado no periódico "Presença Pedagógica", v. 2, n. 10, julho. 1996, na seção "Dicionário crítico da Educação".

Letramento é palavra recém-chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Lingüísticas: é na segunda metade dos anos 80, há cerca de apenas dez anos, portanto, que ela surge no discurso dos especialistas dessas áreas. Uma das primeiras ocorrências está em livro de Mary Kato, de 1986 (*No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*, Editora Ática): a autora, logo no início do livro (p.7), diz acreditar que a língua falada culta "é conseqüência do *letramento*" (grifo meu).¹ Dois anos mais tarde, em livro de 1988 (*Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, Editora Pontes), Leda Verdiani Tfouni, no capítulo introdutório, distingue *alfabetização* de *letramento*: talvez seja esse o momento em que *letramento* ganha estatuto de termo técnico no léxico dos campos da Educação e das Ciências Lingüísticas. Desde então, a palavra torna-se cada vez mais freqüente no discurso escrito e falado de especialistas, de tal forma que, em 1995, já figura em título de livro organizado por Ângela Kleiman: *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita* (grifo meu, ver referência na nota 1).

¹ Ângela Kleiman levanta a hipótese de que Mary Kato é que terá cunhado o termo *letramento* (ver nota da p.17 em KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995).

O que explica o surgimento recente dessa palavra? Novas palavras são criadas (ou as velhas palavras dá-se um novo sentido) quando emergem novos fatos, novas idéias, novas maneiras de compreender os fenômenos. Que novo fato, ou nova idéia, ou nova maneira de compreender a presença da escrita no mundo social trouxe a necessidade desta nova palavra, **letramento**?

Se a palavra *letramento* ainda causa estranheza a muitos, outras palavras do mesmo campo semântico sempre nos foram familiares: *analfabetismo*, *analfabeto*, *alfabetizar*, *alfabetização*, *alfabetizado* e, mesmo, *letrado* e *iletrado*. **Analfabetismo**, define o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, é o “estado ou condição de analfabeto”, e **analfabeto** é o “que não sabe ler e escrever”, ou seja, é o que vive no estado ou condição de quem não sabe ler e escrever; a ação de **alfabetizar**, isto é, segundo o *Aurélio*, de “ensinar a ler” (e também a *escrever*, que o dicionário curiosamente omite) é designada por **alfabetização**, e **alfabetizado** é “aquele que sabe ler” (e escrever). Já **letrado**, segundo o mesmo dicionário, é aquele “versado em letras, erudito”, e *iletrado* é “aquele que não tem conhecimentos literários” e também o “analfabeto ou quase analfabeto”. O dicionário *Aurélio* não registra a palavra “letramento”. Essa palavra aparece, porém, num dicionário da língua portuguesa editado há mais de um século, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete: na sua 3ª edição brasileira,² o verbete

² O *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* de Caldas Aulete teve as suas três primeiras edições em Lisboa (1881, 1925 e 1948); a quarta edição, e primeira brasileira, é de 1958 (a segunda edição brasileira é de 1963 e a terceira, citada no texto, é de 1974). Como o dicionário sofreu numerosas modificações ao longo de suas sucessivas edições, só uma pesquisa nessas edições permitiria determinar se a palavra *letramento* aparece desde a primeira edição, ou se foi introduzida em edição posterior, ou se sofreu mudança em sua acepção ao longo do tempo. Pesquisas dessa natureza em dicionários contribuem sobremaneira para a datação de fatos, idéias e fenômenos e para a identificação do processo de transformação desses fatos, idéias e fenômenos ao longo do tempo.

“letramento” caracteriza a palavra como “ant.”, isto é, “antiga, antiquada”, e lhe atribui o significado de “escrita”; o verbete remete ainda para o verbo “letrar” a que, como transitivo direto, atribui a acepção de “investigar, soletrando” e, como pronominal “letrar-se”, a acepção de “adquirir letras ou conhecimentos literários” — significados bem distantes daquele que hoje se atribui a **letramento** (que, como já dito, não aparece no *Aurélio*, como também nele não aparece o verbo “letrar”).

Certamente, pois, não fomos buscar no “letramento” dicionarizado por Caldas Aulete, e já por ele considerado vocábulo antigo, antiquado, o termo **letramento** com o sentido que hoje lhe damos. Onde fomos buscá-lo? Trata-se, sem dúvida, da versão para o Português da palavra da língua inglesa *literacy*.

Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *littera* (letra), com o sufixo *-cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser (como, por exemplo, em *innocency*, a qualidade ou condição de ser inocente). No *Webster's Dictionary*, *literacy* tem a acepção de “the condition of being literate”, a condição de ser *literate*,³ e *literate* é definido como “educated; especially able to read and write”, educado, especialmente, capaz de ler e escrever. Ou seja: *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a idéia de que a escrita traz conseqüências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, lingüísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la. Em outras palavras: do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever — *alfabetizar-se*, deixar de ser *analfabeto*,

³ Enquanto já incorporamos ao português a palavra *letramento*, correspondente ao inglês *literacy*, ainda não temos palavra correspondente ao inglês *literate*, que designa aquele que vive em estado ou na condição de saber ler e escrever; a palavra *letrado* ainda conserva, em Português, o sentido de “versado em letras, erudito”.

tornar-se *alfabetizado*, adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita — tem conseqüências sobre o indivíduo, e altera seu *estado* ou *condição* em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, lingüísticos e até mesmo econômicos; do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo até então ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica, lingüística. O “estado” ou a “condição” que o indivíduo ou o grupo social passam a ter, sob o impacto dessas mudanças, é que é designado por *literacy*.⁴

É esse, pois, o sentido que tem **letramento**, palavra que criamos traduzindo “ao pé da letra” o inglês *literacy*: **letra-**, do latim *littera*, e o sufixo **-mento**, que denota o resultado de uma ação (como, por exemplo, em *ferimento*, resultado da ação de *ferir*). **Letramento** é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter-se apropriado da escrita.

Dispúnhamos, talvez, de uma palavra mais “vernácula”: **alfabetismo**, que o *Aurélio* (que não dicionariza *letramento*, como já dito) registra, atribuindo a essa palavra, entre outras acepções, a de “estado ou qualidade de alfabetizado”. Entretanto, embora dicionarizada, *alfabetismo* não é palavra corrente, e, talvez por isso, ao buscar uma palavra que designasse aquilo que em inglês já se designava por *literacy*, tenha-se optado por verter a palavra inglesa para o português, criando a nova palavra **letramento**. Curiosamente, em Portugal tem-se preferido o termo *literacia*, mais próximo ainda do termo inglês. Vale a pena citar as palavras de António Nóvoa em

⁴ Na língua francesa, a palavra correspondente a *illiteracy* é *illettrisme*, que se distingue de *analphabétisme*. *analphabète* é o que não sabe ler e escrever; *illettré* é o que lê e escreve mal, e não sabe fazer uso da leitura e da escrita.

prefácio que faz à obra recente de Justino Pereira de Magalhães,⁵ porque elas abonam o uso de *literacia* e ainda afirmam a diferença entre esse termo e o termo *analfabetismo*, esclarecendo o sentido do primeiro: António Nóvoa lamenta que Portugal vá “fechar o século XX com níveis intoleráveis de *analfabetismo* (talvez da ordem dos 15%) e com níveis ainda mais baixos de *literacia*, entendida aqui como a utilização social da competência alfabética” (grifos meus).

É significativo refletir sobre o fato de não ser de uso corrente a palavra **alfabetismo**, “estado ou qualidade de *alfabetizado*”, enquanto seu contrário, **analfabetismo**, “estado ou condição de *analfabeto*”, é termo familiar e de universal compreensão. O que surpreende é que o substantivo que *nega* — *analfabetismo* se forma com o prefixo grego *a(n)* -, que denota negação — seja de uso corrente na língua, enquanto o substantivo que *afirma* — *alfabetismo* — não seja usado. Da mesma forma, *analfabeto*, que *nega*, é também palavra corrente, mas nem mesmo temos um substantivo que *afirme* o seu contrário (já que **alfabetizado** nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam). A explicação não é difícil e ajuda a clarear o sentido de **alfabetismo**, ou **letramento**.

Como foi dito inicialmente, novas palavras são criadas, ou a velhas palavras dá-se um novo sentido, quando emergem novos fatos, novas idéias, novas maneiras de compreender os fenômenos. Conhecemos bem, e há muito, o “estado ou condição de *analfabeto*”, que não é apenas o

⁵ *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1994.

estado ou condição de quem não dispõe da “tecnologia” do ler e do escrever: o analfabeto é aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, é aquele que a sociedade marginaliza, é aquele que não tem acesso aos bens culturais de sociedades letradas e, mais que isso, grafocêntricas; porque conhecemos bem, e há muito, esse “estado de analfabeto”, sempre nos foi necessária uma palavra para designá-lo, a conhecida e corrente **analfabetismo**. Já o estado ou condição de quem sabe ler e escrever, isto é, o estado ou condição de quem responde adequadamente às intensas demandas sociais pelo uso amplo e diferenciado da leitura e da escrita, esse fenômeno só recentemente se configurou como uma realidade em nosso contexto social. Antes, nosso problema era apenas o do “estado ou condição de analfabeto” — a enorme dimensão desse problema não nos permitia perceber esta outra realidade, o “estado ou condição de quem sabe ler e escrever”, e, por isso, o termo **analfabetismo** nos bastava, o seu oposto — **alfabetismo** ou **letramento** — não nos era necessário. Só recentemente esse oposto tornou-se necessário, porque só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente — daí o recente surgimento do termo **letramento** (que, como já foi dito, vem-se tornando de uso corrente, em detrimento do termo **alfabetismo**).⁶

⁶ Um claro indicador de que a palavra *letramento* é nova no léxico da Língua Portuguesa e ainda de circulação restrita à área acadêmica é a tradução que se fez recentemente do termo *literacy* na versão para o Português da importante obra *Literacy and Orality*, editada por David R. Olson e Nancy Torrance (*Cultura escrita e oralidade*, Editora Ática, 1995): o termo *literacy*, tanto no título da obra quanto ao longo de todos os capítulos, foi inadequadamente traduzido por “cultura escrita”, ignorando-se o termo *letramento* (ou mesmo *alfabetismo*), e prejudicando-se assim enormemente a correta compreensão dos textos, já que a expressão “cultura escrita” de forma nenhuma expressa o conceito que *literacy* nomeia.

Curiosamente, o mesmo fenômeno ocorreu na língua inglesa, em que *illiteracy* foi termo corrente muito antes que o termo *literacy* emergisse: o *Oxford English Dictionary* registra o termo *illiteracy* desde 1660, ao passo que seu contrário *literacy* só surge no fim do século XIX. Certamente o surgimento neste momento do termo *literacy* representa uma mudança histórica das práticas sociais: novas demandas sociais de uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. (Observe-se que o que ocorreu na Grã-Bretanha em fins do século XIX, motivando o aparecimento do termo *literacy*, só agora, em fins do século XX, vem ocorrendo no Brasil, motivando a criação do termo *letramento*.)

Quanto à mudança na maneira de considerar o significado do acesso à leitura e à escrita em nosso país — da mera aquisição da “tecnologia” do ler e do escrever à inserção nas práticas sociais de leitura e escrita, de que resultou o aparecimento do termo **letramento** ao lado do termo **alfabetização** — um fato que sinaliza bem essa mudança, embora de maneira tímida, é a alteração do critério utilizado pelo Censo para verificar o número de analfabetos e de alfabetizados: durante muito tempo, considerava-se analfabeto o indivíduo incapaz de escrever o próprio nome; nas últimas décadas, é a resposta à pergunta “sabe ler e escrever um bilhete simples?” que define se o indivíduo é analfabeto ou alfabetizado. Ou seja: da verificação de apenas a habilidade de codificar o próprio nome passou-se à verificação da capacidade de usar a leitura e a escrita para uma prática social (ler ou escrever um “bilhete simples”). Embora essa prática seja ainda bastante limitada, já se evidencia a busca de um “estado ou condição de quem sabe ler e escrever”, mais que a verificação da simples presença da habilidade de codificar em língua escrita, isto é, já se evidencia a tentativa de avaliação do nível de **letramento**, e não apenas

a avaliação da presença ou ausência da “tecnologia” do ler e escrever.

A avaliação do nível de **letramento**, e não apenas da presença ou não da capacidade de escrever ou ler (o índice de **alfabetização**) é o que se faz em países desenvolvidos, em que a escolaridade básica é *realmente* obrigatória e *realmente* universal, e se presume, pois, que *toda* a população terá adquirido a capacidade de ler e escrever. Assim, de um modo geral, esses países tomam como critério para avaliar o nível de *letramento* da população o número de anos de escolaridade completados pelos indivíduos (4, 5 ou mais, dependendo do país que se esteja considerando e ainda do momento histórico: o número de anos de escolaridade tomado como critério cresce ao longo do tempo, à medida que crescem as demandas sociais de leitura e escrita): o pressuposto é que a escola, em 4, 5 ou mais anos, terá levado os indivíduos não só à aquisição da “tecnologia” do ler e do escrever, mas também aos usos e práticas sociais da leitura e da escrita, a uma adequada imersão no mundo da escrita. O que interessa a esses países é a avaliação do nível de **letramento** da população, não o índice de **alfabetização**, e freqüentemente buscam esse nível pela realização de censos por amostragem em que, por meio de numerosas e variadas questões, avaliam o uso que as pessoas fazem da leitura e da escrita, as práticas sociais de leitura e de escrita de que se apropriaram.

Sendo assim, é importante compreender que é a **letramento** que se estão referindo os países desenvolvidos quando denunciam, como têm feito com freqüência, índices alarmantes de *illiteracy* (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália) ou de *illettrisme* (França) na população; na verdade, não estão denunciando, como se costuma crer no Brasil, um alto número de pessoas que *não sabem ler e escrever* (fenômeno a que nos referimos

nós, brasileiros, quando denunciamos o nosso ainda alto índice de *analfabetismo*), mas estão denunciando um alto número de pessoas que evidenciam *não viver em estado ou condição de quem sabe ler e escrever*, isto é, pessoas que não incorporaram os usos da escrita, não se apropriaram plenamente das práticas sociais de leitura e de escrita: em síntese, não estão se referindo a índices de **alfabetização**, mas a níveis de **letramento**. Um exemplo é a pesquisa desenvolvida na segunda metade dos anos 80 nos Estados Unidos, buscando identificar o nível de *letramento* (*literacy*) de jovens americanos (faixa etária de 21 a 25 anos): em primeiro lugar, os instrumentos utilizados avaliaram as habilidades de ler, compreender e usar textos em prosa, como editoriais, reportagens, poemas, etc. e de localizar e usar informações extraídas de mapas, tabelas, quadros de horários, etc., o que evidencia que o objetivo não foi verificar se os jovens sabiam ler e escrever — se eram *alfabetizados* — mas se sabiam fazer uso de diferentes tipos de material escrito, compreendê-los, interpretá-los e extrair deles informações — que nível de *letramento* tinham; em segundo lugar, a conclusão da pesquisa foi que a *illiteracy* (a incapacidade de ler e escrever, isto é, o *analfabetismo*) não era um problema entre os jovens, a *literacy* (a capacidade de fazer uso da escrita, isto é, o *letramento*) é que constituía o problema.

A diferença entre **alfabetização** e **letramento** fica clara também na área das pesquisas em Educação, em História, em Sociologia, em Antropologia. As pesquisas que se voltam para o estudo do número de alfabetizados e analfabetos e sua distribuição (por região, por sexo, por idade, por época, por etnia, por nível socioeconômico, entre outras variáveis), ou que se voltam para o número de crianças que a escola consegue levar à aprendizagem da leitura e da escrita, na série inicial,

são pesquisas sobre **alfabetização**; as pesquisas que buscam identificar os usos e práticas sociais de leitura e escrita em determinado grupo social (por exemplo, em comunidades de nível socioeconômico desfavorecido, ou entre crianças, ou entre adolescentes), ou buscam recuperar, com base em documentos e outras fontes, as práticas de leitura e escrita no passado (em diferentes épocas, em diferentes regiões, em diferentes grupos sociais) são pesquisas sobre **letramento**.

Uma última inferência que se pode tirar do conceito de **letramento** é que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser **analfabeto**, mas ser, de certa forma, **letrado** (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a *letramento*). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em *ouvir* a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se *dita* cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulário e estruturas próprios da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, **letrado**, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do **letramento**, já é, de certa forma, **letrada**. Esses exemplos evidenciam a existência deste fenômeno a que temos chamado **letramento** e sua diferença deste outro fenômeno

a que chamamos *alfabetização*, e apontam a importância e necessidade de se partir, nos processos educativos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita voltados seja para crianças, seja para adultos, de uma clara concepção desses fenômenos e de suas diferenças e relações.